

MAIS UMA ETAPA DE CONSOLIDAÇÃO DA ANDIFES

O PAPEL ESTRATÉGICO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

Uma proposta para discussão

Ao ser procurado por vários dirigentes e concordar com a apresentação de meu nome para ser avaliado pelo conjunto do Pleno como candidato a Presidente da Andifes, fiquei lisonjeado pela confiança. Certamente a lembrança do meu nome por esses colegas se deve ao fato de que tendo sido pro reitor por oito anos, presidente de fórum, reitor há seis anos, colaborado em várias comissões temáticas da Andifes, e no exercício dessas tarefas ter tido a oportunidade de conhecer o sistema, seus desafios, sua diversidade, seus resultados e potenciais. Mas ainda que agradecido pelo convite, apresentei algumas condições para aceitar essa difícil e honrosa tarefa, que aceitos por muitos, agora compartilho com todos.

Em primeiro lugar que deveria ser um trabalho de equipe, coletivo e baseado na ideia de que o presidente e a direção da nossa entidade devem sempre se guiar pela opinião da maioria, respeitar as discordâncias e procurar constantemente o consenso por meio do diálogo permanente.

Em segundo lugar que a posição da direção, assim como da entidade, deve ser de interlocução com independência em relação aos diversos atores, sejam eles governamentais, sindicais ou científicos.

Em terceiro lugar trabalharemos considerando que o sistema é mais importante do que qualquer Universidade isolada. Não existe uma instituição prioritária no sistema, no entanto o respeito à autonomia, que reflete a cultura, os projetos e o estágio de consolidação de cada uma das nossas associadas, deve ser o grande balizador de nossa unidade de ação, por isso afirmamos que a diversidade do sistema é sua força e não sua fraqueza.

E em quarto lugar que precisaríamos de apoio para promover na Andifes o debate de temas estruturantes para as Universidades e para o desenvolvimento do país, para além de uma pauta restrita às questões cotidianas de nossas instituições.

Entendemos que o ponto principal e estratégico da agenda da Andifes nos próximos períodos é a consolidação do papel de pilar do desenvolvimento nacional que as universidades federais desempenham. Como etapa da construção dessa estratégia na última reunião com a Presidente Dilma Rousseff a ANDIFES entregou a ela uma proposta de Agenda de Desenvolvimento para as Universidades Federais que teve como referência o acúmulo de experiências coletivamente vivenciado e registrado no seu Programa de Expansão, Excelência e

Internacionalização das Universidades que aborda as diretrizes para um novo ciclo das Universidades Federais.

Estes documentos ao mesmo tempo em que reconhecem os imensos avanços alcançados por meio REUNI e do Programa de Expansão Fase I apontam para a necessidade da continuidade da política de expansão pautada, neste novo patamar, pela busca da excelência, da internacionalização e pelos desafios do novo PNE.

São dimensões prioritárias desta agenda as temáticas: (i) Desenvolvimento Nacional, (ii) Desenvolvimento Regional, (iii) Inovação Tecnológica e (iv) Internacionalização, além daquelas de caráter transversal: (v) Formação de Professores e (vi) Educação Continuada.

Assim, a proposta de trabalho para esta nova gestão da ANDIFES (14-15) deve ter como ponto de partida esta Agenda criando as condições para que as Universidades possam se preparar adequadamente para sua implementação. Será muito importante, portanto, a promoção de um ciclo de seminários/encontros/debates que contribua tanto para esclarecer a sociedade sobre as características e objetivos desta nova expansão como para subsidiar as reflexões a serem conduzidas no âmbito de cada universidade.

Trata-se, além disso, de empreender esforços para deixar mais evidente o papel estratégico das universidades no desenvolvimento econômico e social do país. E, como estamos passando por um mais processo eleitoral, é igualmente importante que possamos aproveitar este ambiente de reflexão comprometer os presidenciáveis com esta agenda de desenvolvimento.

É claro também que devemos recuperar toda a experiência acumulada nos últimos anos para garantir que este novo ciclo de expansão ocorra de forma orgânica e não incorra em problemas já enfrentados.

Se, de um lado, neste novo ciclo a proposta de cada universidade deve partir de um diagnóstico compartilhado com o MEC e com a definição de indicadores a serem periodicamente avaliados, o que vai viabilizar um planejamento adequado das dotações orçamentárias; de outro, é evidente, para as universidades poderem se lançar de forma segura e tranquila nesta nova empreitada, a necessidade de eliminação das pendências relativas não só a investimentos mas ao redimensionamento de seu quadro de pessoal, em particular de servidores técnico-administrativos. Também o custeio precisa ser revisto no que diz respeito a um equacionamento mais preciso dos recursos para assistência estudantil (PNAES).

Para a condução de todas estas discussões o trabalho das Comissões da ANDIFES e também dos Colégios de Pró-Reitores deve ser reforçado e

estimulado. Já no início da gestão a Diretoria fará reuniões com as Comissões e Colégios para um planejamento das ações a serem empreendidas em cada âmbito. Por oportuno, é importante ressaltar a retomada da Comissão de Educação a Distância e a criação de um espaço de maior proximidade da ANDIFES com a discussão das políticas ligadas ao RENAFOR.

Um outro trabalho a ser desenvolvido nesta gestão é o acompanhamento da implantação do PNE tanto do ponto de vista das contribuições aportadas pelas universidades como do desenvolvimento e implantação das políticas nas esferas federal, governamental e municipal. AS universidades federais devem pensar e debater a educação em sua plenitude. A criação de um " Observatório do PNE", na Andifes, com a participação de todas as ifes, especialistas de diversas áreas, etc., pode ser uma boa contribuição para tornar o Plano uma realidade nos próximos dez anos.

A luta já histórica pela busca da autonomia universitária deve continuar, mesmo que passos reconhecidamente importantes tenham sido dados nestes últimos anos. A proposta de Lei Orgânica das Universidade deve no próximo ano ser encaminhada ao governo e ao Congresso Nacional. E, de imediato, dar-se-á continuidade ao diálogo com o TCU e a AGU, envolvendo, além do MEC, o Ministério do Planejamento, tendo como objetivos a redução dos entraves na gestão das universidades e no seu relacionamento com suas Fundações de Apoio.

No que diz respeito ao MCTI dois pontos merecem maior atenção. A resolução dos problemas com o CT-Infra e seu aprimoramento; e, na medida em que a Inovação Tecnológica uma das temáticas de nossa Agenda de Desenvolvimento, o estabelecimento de metas a serem incorporadas pelos PDIs de cada universidade.

Na nossa primeira reunião do pleno teremos, atendendo ao pleito de diversos reitores e reitoras, como um dos pontos de pauta a discussão do conteúdo, tempo e forma destas reuniões. Devemos ter reuniões que possibilitem o enfrentamento das questões cotidianas, que não podem ser desconsideradas, mas também as estratégicas. Encaixa-se aqui também a forma de se compartilhar experiências e vivências bem ou mal sucedidas pelas universidades.

É oportuno, por fim, destacar que esperamos poder contar com participação ativa das Reitoras e Reitores tanto nas Comissões Temáticas da ANDIFES como também nas representações regionais que compõem o Diretório Nacional. Nos colocamos também à disposição de todos para um diálogo franco e aberto para que a ANDIFES possa continuar a desempenhar o seu papel de pensar o presente e o futuro do Ensino Superior do país.

Targino de Araújo Filho
Reitor